

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COMO VETOR DE INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO DE UMA CIDADE

Jadhi Vincki Gapar¹, Clarissa Stefani Teixeira²

¹ Graduanda em Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; CSE; VIA Estação Conhecimento.

² Doutora. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

{jadhivincki@hotmail.com, clastefani@gmail.com}

Abstract: *This study focuses on the Participatory Budget (PB), which is considered a relevant instrument of direct citizen participation in political decision making, and is capable of promoting active citizenship, with the involvement of municipalities in the political debate itself and in democratic dialogue. As a source of inspiration, this paper will highlight the importance of the OP in Lisbon (Portugal), based on an analysis of the initiatives developed in the central east area of Florianópolis (Brazil), emphasizing the implementation of the Participatory Budget as a potentializing mechanism for the effectiveness of actions developed for the improvement of urban culture, so it would act as an innovative program with an inclusive character and an instrument that would encourage the creation of more initiatives with similar visas.*

Keywords: *Participatory Budgeting; active citizenship; identity; innovative; inclusive.*

Resumo: *O presente estudo coloca em foco o Orçamento Participativo (OP), este é considerado um instrumento relevante de participação direta dos cidadãos na decisão política, sendo capaz de promover uma cidadania ativa, com envolvimento dos municípios no próprio debate político e no diálogo democrático. Como fonte de inspiração, dado artigo irá expor a importância do OP em Lisboa (Portugal), em consonância, a partir de uma análise das iniciativas desenvolvidas na área leste central de Florianópolis (Brasil), enfatiza-se a implementação do Orçamento Participativo como um mecanismo potencializador para a efetividade de ações desenvolvidas em prol da melhoria da cultura urbana, assim o mesmo atuaria como programa inovador com caráter inclusivo e um instrumento que impulsionaria a criação de mais iniciativas com véis semelhantes.*

Palavras-chave: Orçamento Participativo; cidadania ativa; identidade; inovador; inclusivo.

Introdução

Atualmente discutir sobre cidades torna-se um tema relevante, principalmente, no que se trata em buscar constituir novas formas de apropriação que por meio de um conjunto de ações incorporadas transformam os espaços físicos atribuindo-lhes conteúdos sociais, econômicos e culturais com cerne na criação de ambientes propícios ao empreendedorismo, à criatividade e à inovação [GASPAR et al, 2016]. Com isso, a inquietação entorno do desenvolvimento das cidades tem incentivado o estudo e a implantação, em diferentes setores, de medidas e procedimentos pertinentes que colaboram para o surgimento de novas propostas

que buscam integrar as condições de operações de elementos que compõem uma cidade, atuando de forma preventiva para a continuidade de suas atividades essenciais, melhorando as condições de serviços e a qualidade de vida dos cidadãos e é nesse contexto que surge o Orçamento Participativo (OP).

Entretanto, não há ainda uma definição amplamente reconhecida para Orçamento Participativo, seja política ou científica, referindo critérios mínimos a serem satisfeitos para configurá-lo. Por essa razão, é preciso desenvolver uma definição que inclua um conjunto de requisitos mínimos, de modo a diferenciar inequivocamente esse processo participativo de outros. Segundo os autores Sinotmer, Herzberg e Rocke [2012] de modo geral, o orçamento participativo permite a participação de cidadãos não eleitos na elaboração e/ou alocação das finanças públicas e o seu objetivo consiste em assegurar a participação direta na definição das prioridades para os investimentos públicos, para aproximar as pessoas da política e que promova uma maior ligação e integração entre territórios, sendo um fator decisivo para desenvolver boas práticas que capacitam o cidadão como um agente de mudança e que melhore a qualidade de vida dos habitantes e do ambiente como um todo.

No entanto, o Orçamento Participativo pode ser considerado um instrumento que levou as prefeituras a reestruturar seus processos tradicionais de formulação de políticas públicas e tornou-se parte de um pacote de reformas vinculado às práticas de "boa governança" [HUNTER, 2004; GUIDRY, 2003; WAMPLER; AVRITZER, 2005], sendo assim, o Orçamento Participativo pode ser considerado um programa inovador com caráter inclusivo, pois suas regras promovem justiça social ao assegurar mais recursos para áreas mais pobres, ao encorajar a participação através da distribuição de recursos para cada uma das regiões do município em função da mobilização dos membros das respectivas comunidades e ao estabelecer novos mecanismos de responsabilização que acabam desvendando e inviabilizando procedimentos orçamentários obscuros [ABERS, 2000; WAMPLER, 2007].

Metodologia

O presente artigo contém uma reflexão sobre uma ferramenta existente do poder público em esfera com a sociedade, a qual é denominada Orçamento Participativo. Esta contextualização ocorre mediante pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória. De acordo com Gil [2010], as pesquisas descritivas possuem interesse na exposição das características de determinada população ou fenômeno ou, ainda, no estabelecimento de relações entre variáveis. Desta forma procurou-se descrever as características do programa e estabelecer a relação entre suas ações e os benefícios acarretados. A pesquisa exploratória proporciona

maior familiaridade com um dado assunto, e são normalmente realizadas por meio de pesquisas bibliográficas [GIL, 2010]. Quanto ao procedimento, essa pesquisa se caracteriza como estudo de caso com pesquisa bibliográfica. O estudo de caso foi realizado com base no caso de implantação do Orçamento Participativo em Lisboa. Marconi e Lakatos [2007, p. 83] consideram o estudo de caso como um tipo de pesquisa que:

[...] É aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Segundo Lakatos e Marconi [1999], a pesquisa bibliográfica abrange todas as publicações relacionadas ao tema estudado, desde publicações avulsas, revistas, livros, monografias etc., até meios de comunicação orais como rádios e gravações audiovisuais. Para uma revisão sistemática, utiliza-se o conceito de Sampaio e Mancini [2007], faz-se necessário a busca em fonte de dados da literatura sobre o tema específico, de forma a proporcionar uma síntese dos documentos relacionados a uma estratégia de mediação específica, por meio de práticas explícitas e sistemáticas de busca, análise crítica e um apanhado de informação elegida. Desta forma, para o aprimoramento dos conceitos e busca de informações relevantes através do *Scopus* e *Schoolar*, o método adotado percorreu cinco fases (figura 1):

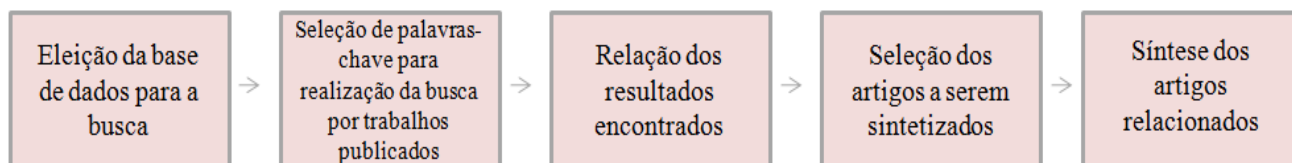


Figura 1. Fases do artigo. Fonte: elaborado pelos autores.

Para a realização deste trabalho, optou-se pelo desenvolvimento do tema a partir da coleta de dados por meio do uso de fontes secundárias disponibilizadas em domínio público, para reportar sobre o Orçamento Participativo, a utilização do meio em Portugal como *case* de sucesso, bem como, para apresentar as propostas de projetos em Florianópolis que propiciam o uso da ferramenta. As categorias para o desenvolvimento desse conteúdo foram definidas em função da questão de pesquisa e do referencial teórico e, assim determinadas, buscam atender aos objetivos desse artigo. Desta forma, os dados serão estruturados da seguinte forma: i) Contextualização sobre Orçamento Participativo; ii) A iniciativa da ferramenta Orçamento Participativo em Lisboa como *case* de sucesso, e iii) Possível proposta de

Orçamento Participativo em Florianópolis como vetor de integridade do poder público, cidadão e cidade.

Desenvolvimento

Contextualização sobre Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo propagou-se, primeiro, na América Latina, e depois por todo o mundo. Neste processo de propagação, o mecanismo foi hibridizado de formas contrastantes, todavia, apesar do grau de influência amplamente variável dos mesmos e da difusão paralela de dinâmicas não democráticas, constitui um movimento ainda incipiente, mas, cujo desenvolvimento representa mais do que uma moda passageira, pois, tem sido um dos mecanismos de participação mais bem-sucedidos ultimamente [SINTOMER, HERZBERG, ROCKE, 2012].

Os resultados do Orçamento Participativo são importantes e apresentam rumos e abrangência variados. Em muitos casos, o Orçamento Participativo contribui para uma melhor comunicação entre cidadãos, administração e a elite política local, isto porque, quando é idealizado e implementado com seriedade, aumenta a transparência no uso do dinheiro público e reduz a corrupção [ZAMBONI, 2007; SINTOMER, HERZBERG, ROCKE, 2012].

O Orçamento Participativo pode ter impactos positivos na cultura e habilidades políticas dos participantes. Um primeiro efeito é, evidentemente, o fato de que o Orçamento Participativo é reconhecido por quase todos os atores e observadores [ZAMBONI, 2007]. Um segundo resultado diz respeito ao clientelismo, as características do Orçamento Participativo que ajudam a combater a corrupção também atuam a favor da redução do clientelismo [AVRITZER, 2002]. Um terceiro desfecho é de importância crucial: é um poderoso instrumento de redistribuição da riqueza em favor dos pobres, uma série de estudos quantitativos mostrou que bairros pobres tenderam a receber mais investimentos do que bairros mais prósperos [MARQUETTI et al, 2008; BANCO MUNDIAL, 2008]. Um quarto resultado, embora observado com menos frequência, é que, quando o Orçamento Participativo é articulado com um interesse mais amplo na modernização e eficiência das administrações públicas, os dois processos reforçam-se mutuamente.

A iniciativa da ferramenta Orçamento Participativo em Lisboa como *case* de sucesso

A cidade de Lisboa passa, atualmente, por um processo de nobilitação urbana associado à reurbanização que se reflete na revitalização econômica, cultural, social e política

da cidade, verifica-se, uma valorização do espaço urbano associado a uma reconversão simbólica de espaços anteriormente arrolados a grupos de estatuto considerado inferior por parte de pessoas mais jovens e qualificadas, e a que subjazem estilos de vida que passam pela valorização da vida urbana [RODRIGUES, 2010]. Advindo deste histórico e a propósito dos novos espaços e dinâmicas de cidadania na área metropolitana de Lisboa, enfatiza-se a implementação do Orçamento Participativo, a relevância da discussão dos impactos deste tipo de instrumento no estímulo e enriquecimento da estrutura de oportunidades políticas dos cidadãos torna-se ainda mais clara num contexto em que o debate em torno da qualidade da democracia tem vindo a questionar a capacidade de inclusão das visões e preferências da comunidade política [LIJHPHART, 1997; DALTON, 2004].

Lisboa foi a primeira capital europeia a implementar o Orçamento Participativo, com o objetivo de aprofundar a ligação da autarquia com os seus Municípios, inspirado nos valores da Democracia Participativa, tal como inscrito no artigo 2º da Constituição da República Portuguesa. O OP de Lisboa teve a sua 1ª edição em 2008, distinguindo-se de outras experiências congêneres por se tratar de um processo verdadeiramente deliberativo, que confere efetivo poder de decisão aos cidadãos para apresentar propostas para a sua cidade e votar nos projetos que considerem prioritários. Desde a sua implementação, o Orçamento Participativo de Lisboa tem merecido o reconhecimento a nível internacional [LISBOA PARTICIPA, 2017].

No entanto, o Orçamento Participativo tem vindo a afirmar-se como uma das componentes centrais da estratégia da Câmara Municipal de Lisboa em matéria de envolvimento dos cidadãos nas dinâmicas de governança da cidade, verificando-se ano após ano um aumento significativo na adesão dos cidadãos. Contudo, contribuir para o desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa e para a promoção da participação dos cidadãos na vida do país e das cidades é o principal objetivo. A ideia é construir um projeto de participação cidadã que aproxime as pessoas da política e que promova maior ligação e integração entre territórios. Através do Orçamento Participativo Portugal, as pessoas podem decidir como investir 3 milhões de euros em tais áreas temáticas: reabilitação urbana e espaço público, higiene urbana, educação, modernização administrativa, direitos sociais, infraestruturas viárias/mobilidade e transportes, esporte, economia e inovação, estrutura verde/ambiente e energia, habitação e desenvolvimento local e cultura. Entre o ano de 2008 a 2016, foram 5.770 propostas apresentadas, 1.829 projetos a votação, 105 projetos vencedores, 31.305.668,00€ investidos e 23.0863 votos nos projetos [LISBOA

PARTICIPA, 2017]. A figura 1 demonstra os projetos já implementados através do OP (pontos laranja):

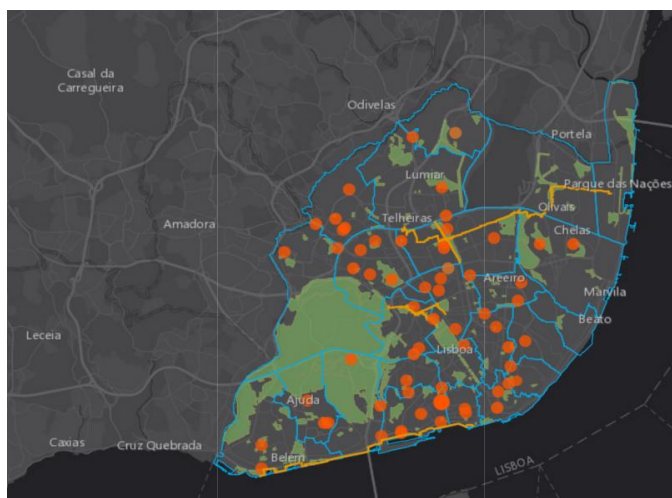


Figura 2. Mapa de Visão Geral. Fonte:

<<https://cml.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=07436f5ca98c46b288ab616ab20d4071>>.

Destacam-se alguns projetos vencedores: Lisboa Wi-fi (internet sem fios gratuita em espaços de lazer, nomeadamente espaços verdes, miradouros, praças, escolas e em edifícios municipais. Este projeto contempla para além do acesso sem fios à Internet gratuita, informação temática privilegiada relacionada com cada um dos espaço), Lata'65: workshop de arte urbana para a população idosa (sensibilização da população para a arte urbana, no sentido de a informar sobre a história e evolução deste tipo de expressão artística, desconstruindo preconceitos em torno do graffiti e da *street art* e permitindo a fruição das peças de arte urbana que têm sido produzidas na cidade), Roteiro do Patrimônio da zona oriental de Lisboa (criação do Roteiro do Patrimônio da zona oriental de Lisboa, promovendo a divulgação de antigas zonas industriais para promover a reabilitação de toda a zona ribeirinha entre Santa Apolónia e o Parque das Nações) e por fim, o projeto Incubadora das Artes de Carnide (lugar onde as pessoas que têm ideias de negócio ligadas à criação artística e cultural possam ali iniciá-las, mas que, ao mesmo tempo, a comunidade também disso possa se beneficiar, a ideia principal do projeto é ajudar a transformar a criatividade individual em riqueza coletiva) [LISBOA PARTICIPA, 2017].

Possível proposta de Orçamento Participativo em Florianópolis como vetor de integridade do poder público, cidadão e cidade

A cidadania ativa é característica de uma sociedade dinâmica e, neste sentido, os governos devem tomar medidas concretas para facilitar o acesso à informação e à

participação, promover a tomada de consciência sobre as questões, reforçar a participação cívica e as capacidades dos cidadãos e apoiar a intervenção das organizações da sociedade civil. O Orçamento Participativo, no entanto, possibilita que os cidadãos participem de forma ativa no debate sobre as prioridades de investimento a incluir no Orçamento Municipal, permitindo ir ao encontro dos seus anseios no que se refere à evolução e desenvolvimento da cidade. Com este processo, pode ser possível aprofundar a democracia local, a cooperação dos munícipes na construção do futuro da cidade e suprimir o déficit de participação cívica dos cidadãos naquilo que é a resolução dos problemas coletivos, promovendo uma identificação da população com os destinos do seu município [MADEIRA, 2009].

Em Florianópolis, em prol de promover a interação entre o cidadão e a cidade, intervindo na melhoria da qualidade do ambiente como um todo, determinados projetos urbanos já estão sendo implementados na cidade, e entre estes, evidencia-se o Centro Sapiens – Distrito Criativo, o qual busca constituir novas formas de apropriações por meio do processo de revitalização urbana transformando espaços físicos e atribuindo-lhes conteúdos sociais, econômicos e culturais com foco na criação de ambientes propícios ao empreendedorismo, à criatividade e à inovação. O projeto Centro Sapiens age então, a fim de estabelecer ações que buscam dar um novo olhar para um ambiente de cunho histórico que necessita de novas atribuições e de intervenções para atrair a atenção das pessoas que conhecem e frequentam o centro, e é por meio do fomento da economia criativa que o projeto acredita que em conexão com o cidadão, o Centro Sapiens pode colaborar para o desenvolvimento da cidade, melhorando a qualidade da cidade e dos seus habitantes.

As iniciativas providas pelo Centro Sapiens para constituir um Distrito Criativo se enquadram de acordo com as dimensões do conceito da economia criativa [LANDRY, HYAMS, 2012]: impacto da criatividade; conectividade, acessibilidade e colaboração; empreendedorismo e inovação; recuperação de áreas degradadas e arquitetura icônica; identidade cultural e diversidade e mapeamento dos setores criativos, e correspondem a objetivos variados, como: revitalização e valorização de patrimônios culturais; circuito que engloba rotas com foco em gastronomia, cultura e comércio; criação de um núcleo criativo para integrar os *stakeholders* com espaços ociosos para resignificá-los; pré-incubadora com foco em projetos voltados para economia criativa denominada *Cocreation Lab*; oficina de arte para idosos (figura 3), debates sobre conceitos vinculados à cidades (como cidade limpa e cidade ativa), oficina de arquitetura para crianças, caminhada cultural pelo centro histórico com imersão (inglês e português) sobre a história e a cultura da região e de prototipagem para revitalização das ruas, estas oficinas foram desempenhadas pelo

Movimento Traços Urbanos, grupo com caráter multidisciplinar que se preocupa e age em prol da cultura urbana da cidade, além de fomentar a economia criativa local, entre outros.



Figura 3. Arte de rua para idosos. Fonte: Acervo Centro Sapiens.

Porém, embora que o Centro Sapiens possua uma gama de ações voltadas para a emersão de Florianópolis como um polo de inovação pautado pela criatividade, com o ideal de transformar o local onde se queira viver, estudar e trabalhar devido à oferta de espaços urbanos com qualidade, dinâmicas artísticas e culturais, o engajamento da comunidade local não deve ser encarada apenas como o “cliente” das soluções a serem aplicadas, mas sim a usuária e co-criadora das mesmas. O empoderamento do cidadão com relação ao local é crucial para dar credibilidade aos projetos. O envolvimento das pessoas deve ser realizado tanto no diagnóstico do problema e no desenvolvimento de soluções quanto no próprio feedback das ideias apresentadas, portanto, é importante que a comunidade esteja ciente que qualquer um pode ser um agente de mudança e que outras iniciativas com propósitos semelhantes se disseminam para tornar Florianópolis uma cidade mais criativa, humana e viva, especialmente em seu centro histórico [GASPAR, TEIXEIRA, GOMES, 2016].

Logo, a implementação do Orçamento Participativo na Grande Florianópolis permitiria o cidadão escolher alguns investimentos a efetuar na cidade, ao mesmo tempo que pode proporcionar aos que dirigem os seus destinos uma maior percepção das preferências e necessidades dos que nela residem e trabalham, podendo permitir, deste modo, servirem melhor a cidade e as pessoas. Em simultâneo, pode auxiliar os municípios a passarem do protesto à proposta construtiva através da elaboração de novos projetos e da responsabilização sobre a escolha de prioridades. Pode permitir que as pessoas sintam um maior compromisso com a sua comunidade, que não apresentem apenas os problemas, mas que se sintam parte da sua resolução, propondo soluções para os mesmos e disponibilizando-se para os ajudar a

resolver. Assim, o impacto previsto é um aumento da participação no atendimento e um acréscimo da satisfação dos municípios que sentem relutância em intervir em público, obtendo-se assim uma maior aproximação dos cidadãos com a cidade [MADEIRA, 2009].

Conclusão

O processo do OP normalmente envolve várias fases. Estas estão relacionadas com a discussão e “eleição” dos projetos locais eleitos como mais importantes por todos os cidadãos que participam no processo. Desta forma, estão (potencialmente) criadas condições que favorecem um maior envolvimento cívico nos processos de tomada de decisão, através da organização, informação, deliberação e compromisso entre os cidadãos. É preciso notar também que à medida que os cidadãos possuem mais qualificações e melhores competências para entender e formar ideias e opiniões políticas tendem a procurar diferentes formas de influência política [DALTON, 2008].

Em Lisboa, os principais objetivos do Orçamento Participativo consistem em: incentivar o diálogo entre eleitos, técnicos municipais, cidadãos e a sociedade civil organizada, na procura das melhores soluções para os problemas tendo em conta os recursos disponíveis; contribuir para a educação cívica, permitindo aos cidadãos integrar as suas preocupações pessoais com o bem comum, compreender a complexidade dos problemas e desenvolver atitudes, competências e práticas de participação; adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, para melhorar a qualidade de vida na cidade e aumentar a transparência da atividade da autarquia, o nível de responsabilização dos eleitos e da estrutura municipal, contribuindo para reforçar a qualidade da democracia [LISBOA PARTICIPA, 2017].

Já em Florianópolis, o instrumento Orçamento Participativo representaria um meio para promover as boas práticas urbanas já existentes e impulsionar o aumento de iniciativas com véis semelhantes, todavia, o Centro Sapiens pode ser reconhecido como exemplo de projeto que já vem desenvolvendo ações direcionadas a alavancar a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e um precursor de boas práticas urbanas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- Abers, R. (2000). *Inventing Local Democracy: Grassroots Politics in Brazil*. Boulder: Westview.
- Avritzer, L. (2002). *Democracy and the public space in Latin America*. Princeton: Princeton University Press.

- Banco Mundial. (2017). Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/country/brazil>>. Acesso em: 22/07/17.
- Dalton, R. J. (2004). *Democratic Challenges, Democratic Choices. The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*, Oxford: Oxford University Press.
- Gaspar, J. V; Menegazzo, C.; Fiates, E. F.; Teixeira, C. S.; Gomes, L. S. R. (2010). A Revitalização de Espaços Urbanos: O Case do Centro Sapiens em Florianópolis. In: CONFERÊNCIA ANPROTEC, 26., 2016, Fortaleza. Anais... Fortaleza: ANPROTEC, 2016. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. Ed. 5. São Paulo: Atlas.
- Gaspar, J. V; Teixeira, C. S.; Gomes, L. S. R. (2016). Refletindo sobre a cidade: Um olhar para a região central de Florianópolis [recurso eletrônico]. Florianópolis: Perse, 50p.: il. Disponível em: <<http://via.ufsc.br>>. Acesso em: 22/07/17.
- Goulart, J. O. (2006). Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. *Lua Nova*, v. 69: p. 49-78.
- Hunter, W. (2004). From opposition movement to government party: Growth and expansion of the Workers' Party in Brazil. *Encontro Anual da American Political Science Association*, Chicago, Illinois.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A. (1999). Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. Ed. 4. São Paulo: Atlas.
- Landry, C., & Hyams, J. (2012). *The creative city index: Measuring the pulse of the city*.
- Lijphart, A. (1997). Unequal Participation: Democracy s Unresolved Dilemma. *American Political Science Review*, 91(1), pp. 1-14.
- Lisboa Participa. 2017. Disponível em: <<https://op.lisboaparticipa.pt/home>>. Acesso em: 22/07/17.
- Madeira, C. C. F. (2011). A cidadania ativa, a modernização e a descentralização no Município de Lisboa: o orçamento participativo, Lisboa.
- Marconi, M. de A.; Lakatos, E. M. (2007). *Metodologia científica*. Ed. 5. São Paulo: Atlas.
- Marquetti, A.; De Campos, G.; PIRES, R. (eds.) (2008). *Democracia Participativa e Redistribuição: Análise de Experiências de Orçamento Participativo*. São Paulo: Xamã. 2008.
- Rodrigues, W. (2010). *Cidade em Transição: Nobilitação Urbana, Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa*, Oeiras: Celta.
- Sampaio, R. F.; Mancini, M. C. (2007). *Estudos de Revisão Sistemática: Um guia para síntese criteriosa da evidência científica*.
- Silva, G. P. D.; Carvalho, C. E. (2006). Referenciais teóricos para desenvolver instrumentos de avaliação do Orçamento Participativo. *Nova Economia*, v. 16(3), p. 423-451.
- Sintomer, Y.; Herzberg, C.; Röcke, A.(2012). Modelos transnacionais de participação cidadã: o caso do orçamento participativo. *Sociologias*.
- Wampler, B. (2008). A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: boas práticas devem ser promovidas?

- Wampler, B.; Avritzer, L. (2006). The spread of Participatory Democracy in Brazil: From Radical Democracy to Participatory Good Government. *Journal of Latin American Urban Studies*, vol. 7.
- Zamboni, Y. (2007). Participatory Budgeting and Local Governance: An Evidence-Based Evaluation of Participatory Budgeting Experiences in Brazil. Working Paper. Brasília: Controladoria Geral da União.